

Nota de Repúdio

A Comissão Municipal para Erradicação do Trabalho Escravo de São Paulo (COMTREA/SP) manifesta seu repúdio às denúncias de abuso, ameaça e extorsão cometidas por policiais civis e reportadas por imigrantes que trabalham em oficinas de costura.

Sob a justificativa de fiscalização de trabalho análogo a de escravo, chegou ao nosso conhecimento o relato que policiais civis têm entrado em oficinas de costura sem nenhum documento ou mandado expedido para essa finalidade, com ameaças de que apreenderiam a mercadoria, tecidos e cortes se não houvesse o pagamento de quantia em dinheiro. Ainda soubemos que, uma vez não conseguindo a vantagem indevida, esses agentes públicos utilizavam a etiqueta da roupa para extorquir a confecção envolvida.

Casos como estes ainda são freqüentes, e a impunidade dos perpetradores do crime vulnerabiliza ainda mais pessoas que trabalham em situação precária, sem saber o idioma, ou as leis brasileiras.

De acordo com o Pacto Contra a Precarização e pelo Emprego e Trabalho Decentes em São Paulo, firmado em 2009 por diversos órgãos públicos, organizações da sociedade civil e associações de migrantes cabe:

I. À Auditoria Fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Superintendência Regional do Trabalho no Estado de São Paulo, caberá a intensificação das ações fiscais que objetivem identificar fraudes ao contrato de trabalho, situações de trabalho degradante e/ou forçado e causadas pela precarização por intermediação ilícita de mão-de-obra estrangeira, no âmbito da atividade de confecções em São Paulo, e sanear-las, com a devida regularização, nos moldes do ordenamento jurídico social pátrio;

II. Ao Ministério Público do Trabalho, por meio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, caberá acompanhar as atividades da fiscalização com vistas a detectar possíveis lesões aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores de toda a cadeia produtiva das confecções e adotar as medidas extrajudiciais e judiciais cabíveis.



A ausência da fiscalização destas duas instituições dificulta a aplicação dos direitos trabalhistas e impede o mapeamento da cadeia produtiva.

Assim nós, representantes de instituições públicas e da sociedade civil, pedimos que medidas sejam tomadas para coibir situações como estas, que reforçam a coerção que envolve os casos de trabalho escravo, e geram medo e desconfiança entre trabalhadores migrantes, dificultando a comunicação com as autoridades e a estratégia geral de combate ao trabalho escravo na cidade de São Paulo.

São Paulo, 06 de setembro de 2016